



Maioria dos candidatos à Alesc nunca exerceram um mandato

56% dos candidatos a deputado estadual em Santa Catarina nas Eleições 2026 nunca tiveram um cargo eletivo. É o que apontam os dados disponibilizados pelo Sistema de Divulgação de Candidaturas e de Prestação de Contas Eleitorais (DivulgaCandContas 2026) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com base em levantamento realizado pela Agência Alesc. Dos 404 candidatos à Alesc que estarão nas urnas no dia 4 de outubro, 229 são pessoas que nunca tiveram um mandato, ou seja, nunca foram eleitas, por meio do voto popular, para o Legislativo ou o Executivo, nas três esferas de governo (União, Estados e Municípios). O levantamento não considera casos de candidatos que ocuparam cargos públicos, como secretários municipais ou estaduais, diretores ou presidentes de fundações ou autarquias, ou assessores legislativos. Também não foram considerados os suplentes

que disputam as eleições para a Alesc. Se tais condições fossem levadas em conta, a porcentagem de candidatos que nunca teve contato com cargos públicos seria menor.

Nas eleições deste ano, 40 vereadores concorrem a uma cadeira no Legislativo estadual. Para esse levantamento, foram considerados apenas os parlamentares municipais que são detentores do mandato. Os suplentes que estão no exercício do cargo não estão nessa relação.

Florianópolis (sete vereadores) e Joinville (cinco) são os municípios com maior número de edis na disputa. A lista ainda conta com legisladores de Balneário Camboriú, Chapecó, São José, Itajaí, Blumenau, Brusque, Gaspar, Timbó, Camboriú, Coronel Freitas, Videira, Jaguaruna, Abelardo Luz, Santa Cecília, Itapema, Sombrio, Rio do Oeste e Benedito Novo.

Café com candidatos

O Senge-SC recebeu nesta segunda-feira, 28, o candidato à reeleição ao Senado Esperidião Amin (PP), para mais uma edição do Café com Candidatos. O encontro reuniu representantes da engenharia catarinense para discutir temas relacionados ao desenvolvimento do Estado e à atuação dos profissionais da área. Durante a conversa, Amin destacou a importância da engenharia para o desenvolvimento de Santa Catarina e renovou seu compromisso com a categoria. Na sequência, ele ressaltou a necessidade de uma engenharia alinhada às características e aos desafios do Estado.



Foto: Senge/Divulgação

Pedido negado 1

A Justiça Eleitoral negou o pedido liminar da coligação de João Rodrigues para retirar do ar uma propaganda que relembra sua prisão em 2018. Na decisão, o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC), não identificou elementos que justificassem a suspensão do comercial veiculado pela campanha de Jorginho Mello.

O desembargador Jaime Machado Júnior, destacou que o reconhecimento posterior da prescrição não transforma a prisão em um fato falso. "O reconhecimento judicial da prescrição e a consequente extinção da punibilidade não têm o condão de tornar inverídico o fato histórico da prisão ocorrida em 2018, tampouco de apagar sua existência", afirmou. João Rodrigues foi condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) a cinco anos e três meses de prisão por dispensa irregular de licitação e fraude à licitação.

Pedido negado 2

A Justiça Eleitoral liberou o comercial que mostra o patrimônio milionário de Filipe Mello, filho mais novo do governador Jorginho Mello (PL). O TRE-SC rejeitou o pedido da campanha de Jorginho para proibir a peça e afirmou que a mensagem central do comercial "é verdadeira e documentalmente comprovada". Depois de analisar os documentos, ele confirmou a compra do apartamento de R\$ 11,25 milhões na Beira-Mar Norte e revogou a suspensão. O imóvel foi comprado em abril de 2026 pela FFM Participações, empresa de Filipe e da esposa, por R\$ 11,25 milhões à vista. A decisão destaca ainda que a própria campanha de Jorginho não contestou a compra.

O TRE também confirmou que a FFM é dona de uma casa em Jurerê Internacional e que Filipe e a esposa têm imóvel na Lagoa da Conceição desde 2021. A campanha de Jorginho alegou que o governador só participa de uma empresa.

Violência

A casa da mãe do candidato ao Senado pelo PT, Décio Lima, foi atingida por uma pedra na noite do último domingo, 27, em Itajaí. O objeto atingiu uma janela e danificou parte da estrutura de madeira da residência. No imóvel vivem a mãe de Décio, de 88 anos, e um irmão do candidato, de 67 anos. Segundo a família, a idosa convive com Alzheimer, enquanto o irmão se recupera de uma cirurgia cardíaca. De acordo com os relatos da família, um carro parou em frente à casa e uma pessoa abriu a porta e arremessou a pedra contra o imóvel. As imagens das câmeras de segurança estão sendo analisadas pela família e um Boletim de Ocorrência foi registrado.

Excesso de contratações

Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) na Prefeitura Municipal de Palhoça identificou irregularidades relacionadas à gestão de pessoal. Entre os problemas apontados estão, pagamentos de verbas custeadas com honorários sucumbenciais sem critérios objetivos de distribuição, excesso de contratações temporárias, pagamento habitual de horas extras, elevado número de cargos comissionados, concessão irregular de adicional de insalubridade e pendências na estrutura da Ouvidoria municipal. O órgão determinou a adoção de medidas corretivas em prazos de 30 e 180 dias.